



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2019 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE

Acta nº 2/2019

Aprovada em 27/12/2019

No dia vinte e nove de Abril de dois mil e dezanove teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a 2ª sessão ordinária de 2019, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

- Grupos Políticos

Respostas do Presidente da Câmara;

2. **Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2018**, apreciação e votação nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

a) **Relatório de Gestão e Documentos;**

b) **Aplicação de resultados;**

c) **Inventário/Património Imóvel Municipal 2018;**

3. **1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº 8/2019)**, aprovação e votação nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

4. **Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2018**, apreciação e votação nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

5. **Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra do exercício de 2018**, apreciação e votação nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

6. **Mapa de Pessoal de 2019 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – alteração**, apreciação e votação nos termos da alínea o), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

7. **Comissão Municipal Proteção Civil – designação de representante das Juntas/Uniãos de Freguesia**, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil;

8. **Adesão do Município de Coimbra à Europa Nostra e à Culture Action Europe no âmbito da Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027**, apreciação e votação nos termos da alínea n), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

9. **Estrutura Nuclear da Orgânica dos Serviços Municipais**, apreciação e votação nos termos da alínea m), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

10. **Actas: nº 1/2018 de 01/03/2018, nº 2 de 24/04/2018, nº 1 de 31/07/2018 (extraordinária), nº 3 de 29/06/2018 e acta nº 4 de 10/10/2018.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Vitor Parola, Rosa Isabel, Luis Silva, António Correia, M^a Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, e José Dias.

Presidentes de Junta de Freguesia João Marques, Horácio Costa, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Fernando Santos e Joaquim Pereira.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

Nuno Freitas, José Rodeiro, Paula Alves, Carolina Patricio, e Manuela Oliveira.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, António Teodoro, José Simão e Carlos Pinto.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Pinto Ângelo, Filipa Malva, Victor Carvalho e Isabel Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

Filomena Girão, José Albino, Daniela Sequeira, Daniela Gonçalves (*não compareceu*) e João Orvalho.

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Maria Helena Mendes, Lúcia Santos e Ana Manuel Martins.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Serafim Duarte.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores, Carlos Cidade, Vice-Presidente, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Maria Madalena Abreu, Paulo Leitão, Paula Pêgo, José Silva, Ana Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputada municipal **Isabel Garcia**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **José Dias**;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputado municipal **Rui Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Manuela Oliveira**;

Presidentes de Junta de Freguesia:

Deputado municipal **João Campos**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Carlos Pinto**.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Deputado municipal **Manuel Rocha**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**;

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputada municipal **M^a Prazeres Francisco**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **João Orvalho**;

Deputado municipal **Carlos Silva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Daniela Gonçalves**.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Deputado municipal **Pedro Filipe**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Manuel Martins**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do n.º 1 artigo 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13.º e, do n.º 1 do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 01:02 a 05:37 minutos – 1.ª gravação\)](#)

- Apelou a um voto de pesar por António Manuel Arnaut, advogado, filho de António Arnaut, membro do Grande Oriente Lusitano como havia sido o pai, tinha pertencido à Comissão Política Nacional do PS e apresentou-se a eleições à Federação de Coimbra do Partido Socialista, tinha estado na origem do Observatório de Saúde António Arnaut, criado em janeiro e que visa defender e apoiar a modernização e a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde;
- Apelou também para o voto de pesar por José Filipe, deputado municipal daquela Assembleia Municipal como Presidente da União de Freguesias de Assafarge e Antanho;
- Deu as boas vindas ao Presidente substituto da União de Freguesias Assafarge e Antanho - António Teodoro;
- Estando aberta a sessão, informou que tinham chegado à mesa duas Moções sobre: “*Mais Árvores para Coimbra*”, uma, apresentada pelo CpC e outra pelo PS, sobre o mesmo tema
- Colocou à votação a “Ordem de Trabalhos”, tendo sido aprovado por unanimidade dando de imediato a palavra à deputada municipal Graça Simões;

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 05:59 a 17:06 minutos – 1.ª gravação\)](#)

- Informou o Presidente da Assembleia Municipal, que o CpC só conhecia uma proposta, que era a deles, porque o documento que lhes tinha chegado às mãos pela bancada do PS, era apenas um acerto a alguns pontos, portanto, entendiam, que apenas existia a proposta do CpC;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Passou de imediato a ler, os "10 Motivos para plantar e manter árvores na cidade" e a proposta, sobre "Mais Árvores para Coimbra", com as alterações, propostas pela bancada do PS, que dada a sua extensão ficam apensas a esta acta.
- Terminou questionando o Presidente da Câmara Municipal sobre as obras do Parque Verde e a questão do glifosato, desafiando também os presidentes de juntas presentes para que mandassem abolir e erradicar o glifosato, nas suas freguesias.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 17:55 a 21:36 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que o PS retirava a proposta de alteração apresentada, uma vez, que o CpC tinha concordado com a mesma, dando o seu voto favorável;
- Mais disse, que em termos de árvores abatidas, entre 2013/2019, totalizavam 487 e as árvores plantadas no mesmo período tinha sido 2420;
- Disse existir um Programa de Arborização do Espaço Público, para o período de 2109/2020, de modo a repor o património perdido e a substituição de exemplares que tinham sido danificados;
- Terminou informando, que era fundamental a preservação do espaço público, mas sempre respeitando a segurança do mesmo naquilo, que eram as atribuições do órgão executivo de modo a que não fosse sujeito a acções judiciais ou intervenções externas.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 22:19 a 34:16 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que a CDU dava o seu total apoio à proposta apresentada pelo CpC e pelo PS, por responder a um desejo dos cidadãos e dos municípios;
- Entendia que o Presidente da Assembleia Municipal deveria fazer exigência para que se soubesse os resultados da discussão pública sobre o "Associativismo Cultural";
- Disse que tinha tido uma solicitação do Presidente da Associação SemeaRelvinhas sobre a pendência do pagamento de um IMI relativo ao ano de 2017, tinham feito o pedido de nova isenção em Fevereiro de 2018 e continuavam a aguardar uma resposta, que mereciam assim como o respeito de todos, pedindo ao Presidente da Assembleia Municipal que naquela matéria também fizesse exigência à Câmara Municipal;
- Terminou informando que eram conhecidas as más condições do local onde se realizava há muitos anos a "Feira dos 7 e dos 23" sem se promover qualquer melhoria entendendo que a requalificação daquele espaço e da sua organização deveria ser concretizada até ao final do ano, e a Câmara Municipal promovesse aquela requalificação, quer em articulação com a União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades quer com outras entidades envolvidas no processo.

Intervenção da deputada municipal Ana Manuel Martins CDS-PP): [\(áudio 34:52 a 35:55 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que sendo cada vez mais comuns os fenómenos meteorológicos adversos, na qual a cidade e a região tinham sentidom forte impacto, o CDS, tinha a consciência da urgência e importância da matéria, defendendo a tomada de medidas e investimento na protecção, reestruturação e na reeducação ambiental;
- Disse que votariam favoravelmente na proposta apresentada pelo CPC "Mais Árvores para Coimbra" por acreditarem que cada pequeno passo em prol da natureza faria a diferença;
- Questionou o Executivo sobre a sua posição naquela matéria, sobre o que estava a ser feito em prol do assunto e o que pretendia fazer e investir;
- Terminou afirmando, que criam que aquelas propostas e aquelas medidas abriam caminho a um importante auxílio no equilíbrio ambiental sendo um passo fundamental no combate ao aquecimento global, à desertificação, à qualidade do ar e da água, incentivando não só ao embelezamento da cidade, mas como ao conforto dos seus espaços promovendo mais qualidade de vida para todos.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 36:56 a 40:28 minutos – 1ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse saber, que as árvores eram necessárias para o meio ambiente, para o clima e para o meio urbano, mas com a plantação de árvores nos passeios estavam a criar muitas barreiras arquitetónicas;
- Terminou informando que quanto aos produtos fitofarmacêuticos e glifosatos, eram raras as freguesias, que tinham capacidade para guardar aqueles produtos, mas todos os seus trabalhadores tinham formação naquela área, não havia, era capacidade para limpar todo o perímetro da sua junta, esperando que houvesse uma solução por parte da Câmara Municipal.

Intervenção do deputado municipal Jorge Veloso (PS): [\(áudio 41:03 a 48:00 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Pinto Ângelo informando-o que relativamente à “Feira dos 7 e dos 23” informou que aquilo que tinha anunciado sobre o início de obra em 2018 nada tinha a ver com a moção apresentada na sua junta, porque a obra que iria fazer, estava plasmada nos contratos interadministrativos de 2018, que tinha sido aprovada também com os votos da CDU na Assembleia de freguesia implicava a vedação de todo o topo 8, incluindo as casas-de-banho, de modo a permitir as entradas e relativamente ao requalificação tinha solicitado a alteração da mesma passando a ler-se ” ... *que a Câmara Municipal promova aquela requalificação, quer por si só, quer por articulação com outras entidades...* ” com a concordância do deputado da CDU, Arlindo Lopes, mas que após o abaixo assinado promovido pela CDU junto dos feirantes na altura da votação, não concordou, dando origem a que a mesma fosse reprovada;
- Terminou informando, que em 2014 tinha colocado postos de iluminação, pimenteiros e retirar 900 toneladas de terra onde eram colocados os animais tendo conseguido mais 30 lugares para feirantes e mais lugares de estacionamento, tendo ainda conseguido colocar no topo nascente todos os feirantes de aves. Mais disse que para a manutenção daquele espaço era necessário pavimentar entendia que tinham intrujado os feirantes para assinarem o abaixo assinado, mas não havia hipótese de colocar pavimento betuminoso naquele espaço.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 48:41 a 51:10 minutos – 1ª gravação\) – audição impercetível\)](#)

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 51:12 a 51:33 minutos – 1ª gravação\) – audição impercetível\)](#)

Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD): [\(áudio 52:46 da 1ª gravação a 00:21 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Recordou a memória de José Filipe como autarca e António Manuel Arnaut como político;
- Disse que excepcionalmente, começava a sua intervenção citando o ex-presidente da República Checa, Václav Havel na sua obra "*O poder dos sem - poder*": "*Um sistema melhor não garante automaticamente uma vida melhor. Na verdade, é o contrário. Só criando uma vida melhor, é que se pode desenvolver um sistema melhor*";
- Mais disse, que concordando-se ou não com o alcance do pensamento do dissidente checo, havia um ponto em, que com elevada probabilidade, todos estariam de acordo, que a actividade política que tinha por escopo a satisfação das necessidades do cidadão, a melhoria dos seus padrões de vida, a criação de condições que permitissem o acesso de todos, em igualdade de circunstâncias, aos bens materiais, de educação, saúde, cultura, profissão, religião, etc., num quadro de valores democráticos, respeitador de divergências, mas incentivador de mérito, da criatividade e da confiança;
- Descendo ao concreto disse, de que servia o princípio propalado pelo actual governo da República de Portugal de que tinha as contas certas, quando era massivo o desinvestimento na saúde, na educação, na cultura, na rodovia e na ferrovia ou em outras infraestruturas tão necessárias ao bem-estar dos portugueses;
- Perguntou de que servia o mito, acalentado pela gestão socialista no Município conimbricense de que tinha uma situação financeira sólida, robusta, que vendia saúde, quando na verdade, muitos indicadores, extraídos dos documentos submetidos à apreciação e votação de todos, revelavam uma política de aforro quase doentia, ou ao gosto de tempos idos, que tinha por consequência um endividamento elevado, uma carga fiscal castradora das energias alheias, um empobrecimento do tecido industrial, a debandada das suas elites, a depreciação dos seus equipamentos colectivos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Mais disse que bem podia o Presidente da Câmara Municipal e a sua equipa de vereadores com pelouros, fazer alarde de que tinham acumulado saldos nos últimos anos que iam dos 21 milhões de euros, em 2014, 22 milhões de euros, em 2015, 32 milhões de euros, em 2016, 37 milhões de euros, em 2017, aos 39 milhões de euros, em 2018, quando, indo ao pormenor, se constatava que as taxas de execução do orçamento da despesa, no que se referia à de capital em particular, se situavam em 29%, em 2014, 57%, em 2015, 51%, em 2016, 48%, em 2016, e 36,5%, em 2018;
- Terminou afirmando que as consequências da obsessão pelo entesouramento estavam à vista de todos: um tecido industrial modesto que afugentava os quadros recém formados, quebra acentuada da população, panorama deprimente no comércio e na recuperação do conjunto edificado, tanto na Alta como na Baixa, artérias e passeios por recuperar ou limpar, conjunto arbóreo ao abandono, espaços ajardinados ao desleixo, turismo de um ou dois dias, actividade cultural de rotina, projectos emblemáticos que tardam em concretizar ou são abandonados de vez por ligeireza na sua apreciação técnica ou financeira, forjados por mero impulso eleitoralista, como era o caso do aeroporto internacional de Cernache. As finanças sãs não eram necessariamente sintoma de um país coeso e desenvolvido ou de um município desenvolvido e coeso e o Município de Coimbra era exemplo acabado do que vinha a dizer.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 00:54 a 07:14 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por se dirigir ao Presidente da Câmara, Dr. Manuel Machado, porque lhe queria dizer que estava totalmente solidária com as preocupações que lhes tinha deixado aquando das comemorações do 25 de abril, no que respeitava ao populismo;
- Mais disse que na mesma declaração, o Presidente da Câmara tinha dito também que *“tal como o 25 de Abril rompeu com paradigmas, também os novos desafios precisam de outras rupturas”*, pois então que se fizessem, desafiando-o, mais uma vez, a pôr fim a uma governação fechada e a protagonizar um novo modo de governar o concelho, ouvindo a oposição e chamando-a ao debate, fornecendo-lhe toda a informação, dando voz às suas propostas, como pugna o regimento da Câmara Municipal de Coimbra, sendo aquele o seu 2.º desafio;
- Disse ainda que o Presidente da Câmara tinha afirmado naquele mesmo dia que *“A descentralização de competências do estado central é uma oportunidade para reformar o regime, é um processo que está a começar e que combate o centralismo, uma doença grave”* e que *“em Coimbra, por meras contingências políticas, estamos a marcar passo contra a sua vontade no processo da descentralização, mas que tem a esperança, que tem mesmo a certeza, de que o sentido político dos eleitos nos levará a unirmo-nos todos à volta de causas políticas relevantes para a comunidade que jurámos servir”*, que *“está certo de que cada um de nos prescindirá do seu umbigo para servir melhor o bem comum”*. e que já afirmara que *“está disposto a dar todos os passos nesse sentido que estejam ao seu alcance”*;
- Assim e fazendo uso das palavras do Presidente da Câmara, quando disse, que aplaudia crendo, que as mesmas não tinham sido apenas circunstanciais, quando tinha afiançado, que *“A descentralização não é um fim em si mesmo, não é uma bandeira nem tão pouco um troféu”*, dando a entender que acreditava que aquele novo instrumento e a nova geração de políticas autárquicas necessitavam da participação de todos, propondo-lhe o 3.º desafio, que era : *“possa esta autarquia corresponder a uma forma nova de responder às expectativas das populações, à modernização da administração pública e da governação autárquica”* sendo para isso necessário agendar as reuniões necessárias para iniciar aqueles trabalhos, convocando todas as forças políticas para debate, ser sério, transparente, integrador;
- Terminou afirmando que em nome do Somos Coimbra, queria dizer *Presente*, estavam a dizer *sim*, estavam prontos para agendar reuniões, debates, sessões de esclarecimento, todas as iniciativas que os fizessem discutir vantagens e dificuldades, que os fizesse compreender as necessidades do concelho, que fizesse esclarecer as dúvidas quanto aos meios para a realização das novas competências que lhes eram propostas, poderia contar com o SC para aquele pacto de monogamia com a verdade, propondo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que todos se comportassem como os democratas que diziam ser, para honrarem o legado humanista e personalista da revolução dos cravos.

Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS-PP): [\(áudio 07:38 a 11:28 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que na reunião da Câmara do dia 18 de Abril, tinha sido aprovada a adjudicação do Complexo Desportivo Integrado e Centro Olímpico de Ginástica, com os votos contra do PSD e do Somos Coimbra, os votos a favor do PS e, com a abstenção da CDU;
- Mais disse que em Janeiro, o CDS se tinha absterido sobre aquele assunto, porque, não eram hostis a parcerias público-privadas, se elas fossem realmente transparentes e acautelassem devidamente os interesses de todos os, contribuintes, mas, a informação disponibilizada pela Câmara Municipal era manifestamente insuficiente e suscitava dúvidas e interrogações que ali tinham colocado naquela altura e que, até ao momento, não tinham sido respondidas, pois continuavam sem compreender como se tinha formado o valor de 824 mil Euros, o qual lhes parece manifestamente insignificante como contrapartida de uma concessão de 40 anos e ainda não compreendiam o valor da contrapartida, porque, em 2012, a Câmara Municipal tinha lançado um concurso para um pavilhão no mesmo local com um valor base de 986 226,67 Euros, sendo que a maioria das propostas ultrapassou o milhão de euros e, sete anos depois, o preço caiu 16% e, era essa a outra das suas preocupações, por estar em causa o interesse público;
- Terminou dizendo, que entendia que Coimbra precisava muito de investimento, sobretudo investimento privado, pedindo conhecimento, competência e foco na defesa dos representados locais em todas as negociações dali em diante e, se assim passasse a ser, se aquele projecto pudesse servir ao menos para aprender e melhorar, que viessem muitos mais investidores e muitas mais parcerias.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 11:55 a 19:49 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por dar um louvor que era devido às instituições organizadoras das comemorações dos 50 anos da crise académica 69 e às cerimónias dos 45 anos do 25 de Abril, com destaque para a Câmara Municipal de Coimbra, que tinha promovido eventos, sessões, edições e publicações, recriação e memorial digno;
- Disse que a crise académica de 69 tinha sido determinante para a afirmação de Coimbra, como cidade da liberdade e como ilha de generosos irredutíveis "gauleses" combatentes pela democracia, num País cinzento que os envergonhava internacionalmente, que reprimia quem ousava discordar e contestar, que matava quem se destacava contra o fascismo e se isso lhe apossasse.
- Perguntou o que era o 24 de Abril. Disse que, numa sessão da Oposição Democrática em Alpiarça, a antifascista Maria Barroso, tinha respondido a uma candidata da União Nacional de Salazar e Caetano: *"Sabe o que é casar por procuração com o marido na cadeia? Sabe o que é ir ver o marido à cadeia e estar a falar-lhe sobre a vigilância dum polícia? Sabe o que é ser acordada em plena madrugada por lhe estarem a bater à porta? Sabe o que é intervirem nas suas chamadas telefónicas? Sabe o que é não ser professora porque o governo não quis? Sabe o que é não ser atriz porque o governo não o consentiu?"*
- Mais disse que os jovens eram o futuro, expressão e práxis não ultrapassadas, pois tinham a generosidade, a genica, a criatividade e a inovação que, além da consagração dos direitos e exercício das reivindicações, trariam a evolução, a renovação da sociedade e do progresso, mas porque haviam jovens e jovens, e haviam velhos e velhos, era preciso que jovens e velhos continuassem a pugnar pela qualidade da vida laboral, profissional e familiar, pela igualdade de género, pelos direitos humanos para todos e para todas;
- Em Abril, o futuro era agora. As alterações climáticas eram preocupação de muitos, mas havia interesses grosseiros de poucos, mas poderosos, tornando difícil ser carbonicamente neutros e do futuro fazia parte um novo paradigma: um mundo assente no cuidado, propugnado por Maria de Lourdes Pintasilgo, a que Marcelo Rebelo de Sousa, curiosamente, em prefácio de antologia, associava a radicalidade, citando: *"O futuro será a contínua quebra do empobrecimento, a política de coesão*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

social, a criação de emprego e a dignificação das relações laborais, a aposta na escola pública e no reforço do SNS, a maior justiça fiscal, as políticas de acesso à habitação, o investimento na ciência e tecnologia, o crescimento e a economia social, a cultura no seu lugar fulcral, a sociedade mais igual”;

- Terminou afirmando que Coimbra seguia o seu percurso, com aquilo que era importante fazer, mas não era o suficiente. O futuro seria para todos e para todas, se cada um e cada uma o quisesse e pudesse agarrar.

Intervenção do deputado municipal Luís Silva (PS): [\(áudio 20:31 a 21:25 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Deixou a uma palavra de satisfação e agradecimento ao Partido Socialista pela oportunidade de integração dos jovens, por lhes dar voz para se poderem manifestar, dando como exemplo o deputado municipal José Dias, um jovem nascido e criado em Coimbra.

Intervenção do deputado municipal José Dias (PS): [\(áudio 21:58 a 24:09 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que concordava com grande orgulho a participação dos jovens do Partido Socialista nos meses de Março e Abril, nas visitas às escolas onde tinham verificado as condições infraestruturais e deficitárias das mesmas, esperando que em breve se pudesse fazer a discussão da descentralização sobre a educação.

Deliberação nº 23/2019

A Assembleia Municipal deliberou, por *unanimidade*, sob proposta da bancada do Movimento Somos Coimbra datada de 18 de Abril e com as alterações propostas pelo Partido Socialista datadas de 29 de Abril, *aprovar a Proposta de Recomendação à Câmara Municipal sobre: “Mais Árvores para Coimbra”.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita.

- Informou que uma vez que a sua informação tinha sido distribuída por todos os presentes, apenas adiantava algumas questões:
- Cooperativa Semearelvinhas – o pedido de isenção IMI estava em análise técnica;
- Feira dos 7 e dos 23 – O Presidente da União de freguesias da S: Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, tinha informado que aquele terreno, não era propriedade Municipal, era um terreno que a Câmara Municipal tinha de arrendamento ao estado, estava inserido numa reserva ecológica, era um processo complexo, a Câmara Municipal tinha pensado fazer o mesmo que tinha feito na Feira do Bairro Norton de Matos, mas não tinha sido considerado como uma boa solução pelas entidades que tinha a sua jurisdição;
- Árvores na via pública – a plantação na via pública de árvores era da responsabilidade Municipal, e associada às árvores, havia espécies que não eram possíveis de plantação como era o caso dos castanheiros e outras assim como por razões fitossanitárias, incluindo os citrinos, portanto tinha que haver validação para a plantação de árvores;
- Comemorações do 25 Abril – eram as mesmas que o Presidente da Câmara comemorava havia 45 anos, por isso não iria repetir o discurso que tinha feito aquando das referidas comemorações
- Terminou afirmando que a sementeira para o 25 Abril tinha a ver com tudo aquilo que se tinha feito em Coimbra, no dia 17 de Abril, sementeira essa indutora, que tinha beneficiado da revolução de 69 dos estudantes de Coimbra e que tinha continuado com os “Capitães de Abril”.

- **Grupos Políticos**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS): [\(áudio 37:15 a 43:00 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Informou que o Programa de Apoio á Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PARI), publicado no dia 4 de Fevereiro e, com entrada em vigor em 1 Abril, tinha como objetivo combater as externalidades negativas associadas à mobilidade, nomeadamente o congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social, visando ainda atrair mais passageiros para o transporte público, sendo que o investimento feito pela Câmara Municipal nos SMTUC ascendia a 9M;
- Mais informou, que em 2019, entrariam em circulação 10 novos autocarros elétricos representando um investimento global de 4.389.945€, com financiamento do POSEUR, mas, como a mobilidade urbana não se resumia apenas ao transporte público, assistia-se a uma série de investimentos, que a Câmara Municipal vinha desenvolvendo, tanto na melhoria das condições para a mobilidade pedonal, como na criação de uma ampla rede de ciclovias, criando condições para a aposta em meios de mobilidade suave, bem como a introdução do sistema de trotinetas elétricas partilhadas, vindo assim a complementar as ofertas no âmbito da mobilidade suave, contribuindo também para as metas da descarbonização e para uma cidade ambientalmente mais saudável e sustentável e, com a aprovação pelo Município do PARI, 54,6 transportes tinha sido atribuído à Autoridade Municipal o apoio de 981 363,04 €, tendo sido deliberado pelo Executivo Municipal aplicar 60% na redução tarifária dos passes sociais e 40% na extensão da rede dos SMTUC;
- Relativamente ao alargamento dos SMTUC a outras localidades, atualmente servidas por operadores privados, através de carreiras intermunicipais, seria objeto de integração no âmbito do concurso para as novas concessões, que a CIM- RC levaria a efeito, garantindo o Município de Coimbra, através da sua Autoridade de Transportes, o ajustamento de horários e percursos às reais necessidades das populações por ela servidas;
- Terminou afirmando que como todos sabiam, privilegiar a utilização de transportes coletivos era sinónimo de uma cidade moderna e sustentável ao nível ambiental, que assim protegia a sua zona histórica e o seu património, valorizando Coimbra e melhorando significativamente a qualidade de vida.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 00:19 a 05:32 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara informando-o que tinha havido destaques na actividade municipal sobre o “*Festival de Coimbra dos Humores*“, realizado nos dias 6 e 7 de Abril tendo por base o Orçamento Participativo, que tinha corrido bem, lembrando, com humor, “não o Aeroporto Internacional de Coimbra”, mas sim, o facto do actual cabeça de lista e Ministro das obras Pública Pedro Marques ter anunciado o concurso publico para a rota regional que ligava Bragança, Viseu, Cascais e Portimão uma rota que tinha tido um aumento de 50% de passageiros no ano transato e o concurso tinha sido aberto em 2018, por 4 anos, o Governo tinha excluído Coimbra e, Coimbra não ia ter aquelas condições;
- Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se Coimbra queria estar naquela rota regional ou não; se Coimbra tinha perguntado ao anterior ministro ou ao novo Ministro das Obras Públicas o que iria fazer das instalações aeroportuárias, qual era a posição do Governo sobre as mesmas e se iria haver aeroporto;
- Mais disse, que a ANAC tinha retirado o poder ao aeroporto de Coimbra de prestar informação de voo, porque a Câmara Municipal não tinha tratado no devido tempo da certificação que era exigida para fazer qualquer tipo de voo, perguntando se aquela situação era propositada, se a Câmara Municipal tinha desistido, se o aeroporto estava no Plano Nacional 2030 e se o estudo, que tinha sido apresentado à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, em Setembro de 2018, estava pronto ou não; Quis saber se o aeródromo tinha placas de fibrocimento;
- Terminou afirmando que valia a pena olhar para aquele aeródromo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS-PP): [\(áudio 06:10 a 08:16 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara questionando-o sobre algumas questões, que constituíam inquietações e para as quais gostariam de ter respostas, nomeadamente: O que justificava uma execução orçamental tão fraca; O que justificava que existissem transferências não cumpridas para as freguesias e que umas fossem beneficiadas em relação a outras; Se se mantinham as transferências para as freguesias no domínio da “*Cidade Solidária e Humanista*”, mas que nem solidariedade, nem humanismo, se conseguia identificar, fosse no processo de definição, fosse no de operacionalização daquelas transferências, reiterando que as transferências entre autarquias não eram, nem podiam ser em democracia, consideradas apoios no âmbito da Acção Social;
- Relativamente às receitas do IMI disse terem crescido, apesar da redução da taxa. Não considerar taxas amigas das famílias com 3 ou mais filhos, era um erro político enorme, mas voluntário, perguntando se o Executivo tinha condições de garantir a correção futura daquela injustiça;
- Perguntou se a desoneração do Município relativamente à Acção Social, que remetia por inteiro para o sector social, mas que não regulavam, nem coordenava, apenas subsidiava, era uma prática para continuar, ou se a soma elevadíssima de subsídios ao sector social continuaria sem regulação nem critérios perceptíveis;
- Terminou dizendo que aguardavam esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 00:03 a 06:25 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que havia 2 anos que tinha afirmado naquele Salão Nobre, aquando das comemorações do 25 de Abril, que *"Se não estivéssemos atentos, se não tivermos cuidado, um dia quando acordarmos, em vez de termos uma Câmara da liberdade e das liberdades, podemos ter uma Câmara dos negócios e dos amigos"* e, onde também tinha exibido, um cravo vermelho, entendendo que todos sabiam o seu simbolismo, e o que ele representava, portanto entendia que relativizar o 25 de Abril e o seu significado e compaginá-lo com o 25 de Novembro, isso não,
- Mais disse, estarem gratos ao Presidente da Assembleia Municipal por inovar e dar a palavra aos líderes das representações partidárias naquelas cerimónias, como da mesma forma, lhes estavam gratos, por permitir e consentir que o Fernando Moura do “*Notícias de Coimbra*” transmitisse em direto para os cidadãos, as cerimónias de Abril e até as sessões das assembleias e da concessão daquela mesma liberdade de informar, aos jornalistas da “*Lusa, do Diário de Coimbra, das Beiras, do Campeão das Províncias*”, o que antes lhes fora proibido por deliberação camarária da maioria absoluta da coligação PSD/CDS/PPM;
- Informou que como muito bem tinha escrito o Deputado Municipal Manuel Rocha, líder da CDU *"A liberdade não tem, "mas" quando se trata do 25 de Abril. A não ser quando o coração não se alegra com a luz que dela escorre"*;
- Por tudo o exposto afirmou que não poderiam deixar de dizer ao PSD, que podiam estar muitas vezes em desacordo, poderiam traçar caminhos diferentes para servir Coimbra, mas teriam que ter presente que a democracia se construía em todos os momentos de acção política, sobretudo, comemorando e saudando com alegria *"o dia inicial e limpo/ Onde emergimos da noite e do silêncio"*, como tinha poetizado Sofia, pois Abril cumpria-se todos os dias. Cumprir Abril era também levar por diante a Via Central, o Complexo Desportivo, Metro Bus, a Nova Estação de Coimbra B, o desassoreamento e estabilização das margens do Mondego, o apoio social, cultural e desportivo, a descentralização de competências;
- Terminou afirmando que *"A parte mais importante de qualquer coisa, é o princípio"* e na descentralização, o princípio era a declaração de aceitação, porque *"A liberdade não tem, "mas" quando se trata do 25 de Abril..." e do poder local de Coimbra.*

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 06:54 a 09:06 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que louvavam a iniciativa da Câmara Municipal de abrir todas as suas reuniões ao público, mas no entanto sabiam, que aquela abertura não era assim tão valorizada, uma vez que na última reunião,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

adiada duplamente, as pessoas inscritas não foram avisadas uma vez a Câmara detinha elementos bastantes para o fazer, evitando assim que as mesmas se deslocassem à Câmara Municipal e não fossem ouvidas;

- Relativamente à questão dos precários, disse, que sabiam que tinha havido Programa de Regularização dos Precários e por isso gostariam de saber em que ponto estava aquela regularização podendo até ajudar a justificar algumas das alterações da 1ª revisão orçamental que estava à discussão;
- Terminou informando que quanto às Campanhas de Desratização informou que tinham tido alguns contactos de cidadãos que se diziam desinformados sobre a mesma, pois não havia fixação dos avisos nas ruas sobre a referida desratização e estavam a aparecer alguns animais mortos, supostamente envenenados com produtos que se supunha serem derivados daqueles produtos utilizados na Campanha de Desratização, perguntado se assim era, e se fosse, que se mudasse aquela prática, para que não voltasse a acontecer.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 09:27 a 12:12 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara informando-o, que todos sabiam que a responsabilidade da plantação de árvores era municipal e por aquele facto o tinha recomendado;
- Informou, que quando o Presidente da Câmara tinha afirmado, que não iria repetir o discurso do 25 Abril porque estava escrito, disse que também não esperava que o fizesse porque tinha acreditado nele, não por estar escrito, mas sim, porque o Presidente da Câmara, imbuído das responsabilidades das suas funções, não o tinha dito. Lamentava, queria esquecer e tomar como excepção. Queria acreditar em tudo aquilo, que o Presidente da Câmara tinha dito há poucos dias, a todos, que era efectivamente o seu desejo, ou seja, era um desejo de cooperação, de modernidade, de governação participada e transparente, que implicava discussão como todos;
- Afirmou que queriam fazer diferente, queriam que Coimbra trouxesse os jovens e não só para viverem e trabalhar em Coimbra, mas para isso era preciso traduzir as palavras ali ditas, em acções, porque era preciso fazê-lo e dar o exemplo ao país, pondo a cidade no seu devido lugar;
- Terminou dizendo que esperavam pela revolução que o Presidente da Câmara tinha prometido aquando das comemorações do 25 de Abril e estavam prontos para ela.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 12:45 a 18:12 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Saudou o Presidente da Câmara pela requalificação do espaço da “Feira dos 7 e dos 23” e pela clara resposta que deu aos moradores da Relvinha, mais concretamente, ao pedido de isenção do IMI pedido pela Associação de Moradores da SemeaRelvinhas, estando convicto, que o Presidente da Câmara iria mandar que aquele pedido fosse resolvido rapidamente;
- Terminou informando que relativamente construção do novo edifício para a prática de ginástica, a “Arena Municipal de Ginástica”, disse, que entendia, que não havia qualquer tipo de erro da parte da CDU, aconselhando que fosse lido, porque tinha ficado gravado e escrito na sua declaração de voto a sua posição era que “... relativamente à Moção apresentada pela Bancada do PSD, disse não ter conhecimento de qualquer documento, mas se o seu conteúdo era fiscalizar o investimento municipal, a prioridade da CDU, era fiscalizar e priorizar a acção e a omissão do Município, por isso estaria solidários, pois era uma prerrogativa daquela Assembleia Municipal”.

Respostas do Presidente da Câmara;

- Informou que relativamente ao pedido de isenção do IMI pedida pela Associação de Moradores da SemeaRelvinhas, era uma questão que suscitava alguns cuidados, era matéria que tinha várias interpretações, mas a Câmara Municipal fazia questão de que fossem adoptadas com segurança;
- Quanto ao aeródromo Municipal Bissaia Barreto informou, que se encontrava em obras de beneficiação e requalificação com a devida protecção de animais;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Relativamente à desratização informou que era uma empresa que fazia aquele trabalho e não tinha conhecimento que tivesse havido alguma intervenção sem que tivesse sido feita sem aviso prévio, mas tinha que ser feita, por uma questão de saúde pública;
 - Feira dos 7 e dos 23, disse que mantinha aquilo que tinha dito anteriormente, a Câmara Municipal estava em negociações com as entidades que tinha jurisdição sobre aquele espaço, mas como não tinha sido aceite, os técnicos camarários, estavam a estudar uma solução para resolver aquela questão;
 - Quanto á descentralização informou que era um processo que tinha começado há um ano e meio, estavam ainda a decorrer uja boa parte das questões que ali tinham sido levantadas, tinha informação sobre cada um dos diplomas, mas entendia que era prematura pronunciar-se, apenas poderia informar que no mês de Junho, apresentaria à Assembleia Municipal a proposta de exercício “*antecipado*” das competências da descentralização, depois de serem discutidas na Câmara Municipal, como era de lei;
 - Terminou informando, que em relação ao edifício do Liceu José Falcão, era matéria, que tinha que ser visto, linha a linha, ponto a ponto, caracter a carater e o assunto iria à Assembleia Municipal de Junho para se pronunciar.
- 2. Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2018, apreciação e votação nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
- a) Relatório de Gestão e Documentos;**
 - b) Aplicação de resultados;**
 - c) Inventário/Património Imóvel Municipal 2018;**

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 26:25 a 32:34 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que sobre o Relatório da Câmara de 2018, nada tinha a dizer porque, tecnicamente estava bem, estavam lá os factos, os zeros correspondiam a “0” os três, correspondiam a “3” e assim sucessivamente porque era aquela a cidade que se tinha;
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia Municipal informando-os que uma vez que o papel do PSD era conversarem entre eles, estava a pensar convidar a sua bancada para saírem porque entendia que se devia continuar a banalizar Coimbra;
- Informou, que inclusivamente, tinham apresentado uma proposta ao Presidente da Câmara sobre as freguesias que não tinham dotação suficiente para gerir as suas actividades, porque só havia 4% do orçamento municipal para 2018 e não 6,45% como tinha sido dito, dos cordos de execução e a sua proposta nem sequer tinha sido discutida;
- Terminou agradecendo aos Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal pela valorização de Coimbra.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 32:54 a 37:15 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que apesar de ter um texto escrito para ler, apetecia-lhe fazer como o deputado Nuno Freitas tinha feito, porque de facto aquilo seria triste se fosse um problema só com o PSD, mas não era, era com todos os eleitores que não tinham votado PS ou PCP, porque o Presidente da Câmara Municipal, era Presidente de todos os municípios e tinha que governar para todos os municípios, porque também eram cidadãos de Coimbra e, era evidente, que tinha sido ele que tinha ganho, era evidente que tinham que respeitar os seu programa, mas viam qual era a execução dos seus programas, sabiam como eram as promessas eleitorais, que tinha feito, sabiam o que tinha sobrevivido, que para além de cómicas, eram absolutamente trágicas, porque Coimbra estava parada no tempo;
- Mais disse, que aquele desrespeito pelos cidadãos de Coimbra era inaceitável, era necessário que a Câmara de Coimbra governasse para todos e para isso, era preciso ouvir, era preciso respeitar, era preciso esclarecer, era preciso dialogar, era preciso participar, era preciso transparência, era preciso mais democracia, porque era possível fazer melhor;
- Afirmou que não queriam discutir o Relatório de Gestão e dirigindo-se ao Presidente da Câmara e aos Vereadores do Executivo disse, que deveriam perceber que o povo exigia mais, pois não valia a pena



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

lamentar os populismos , era o momento de fazer diferente porque cabia a todos oferecer à população aquele espaço e por isso, também lhe apetecia levantar e ir embora, porque de facto, até ao momento ainda não tinha tido uma resposta ao desafio que tinha feito ao Executivo, entendendo que era de bom tom responder;

- Terminou afirmando, que os níveis de execução eram vergonhosos, a entrega dos documentos à última da hora, era vergonhosa, o formato em PDF, não pesquisável, era vergonhoso, a ausência de um resumo, que permitisse de forma rápida e eficaz perceber o que tinha sido feito, era vergonhoso e, por tudo aquilo afirmou, que tinha vergonha de participar daquela farsa.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos CDS-PP): [\(áudio 37:41 a 39:16 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que o Relatório de Gestão de 2018 da Câmara Municipal de Coimbra configurava aquela que era a marca de água daquela gestão Socialista da cidade de Coimbra: matreira, desajustada e inútil. Matreira porque obedecia apenas e só a um tacticismo partidário desavergonhado, onde as freguesias que vestiam rosa iam vivendo, as freguesias da muleta comunista sobreviviam aos repelões e ao sabor das negociações que tão caras saíam ao vereador pivot e as freguesias urbanas lideradas pela coligação que suportavam eram implacavelmente e ostensivamente abafadas de forma infame e impune. Desajustada porque não servia a cidade, não servia os Conimbricenses, não tinha missão estruturante, não tinha visão de futuro e não liderava a região. Navega à vista, não apontava o caminho a 20 ou 30 anos, ia a reboque da situação, ia para onde a levassem. Inútil porque não posicionava Coimbra de forma diferenciada, não permitia que Coimbra fosse indubitavelmente reconhecida;
- Terminou afirmando que aquilo que era visto como meritório por aquele Executivo, o extraordinário saldo de gerência, era um fim em si mesmo e para a história ficaria como uma medalha de cortiça que obedecia ao ditado popular tão bem seguido por aquela gestão Socialista do “*quem não sabe, não mexe, porque senão estraga*”, mas Coimbra não precisava de quem fazia vida a passar entre os pingos da chuva.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 39:47 da 4ª gravação a 03:14 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que a apreciação do Relatório de Gestão e Contas era, no essencial, um momento de avaliação das políticas de gestão do Executivo camarário que os confrontava, com a aferição do grau de consecução do que tinha sido projetado no orçamento e aprovado pela Assembleia, assim naquele plano a primeira e mais marcante nota daquele relatório era a enorme discrepância entre o que tinha sido projetado e orçamentado e o que tinha sido realmente executado que nem sequer atingia a metade, sendo a taxa de execução global apenas 49,3%;
- Mais disse que o grosso da despesa do orçamento inscrevia-se nas despesas correntes 63 milhões de euros (74,3%), onde se incluíam as despesas com pessoal, a aquisição de serviços, transferências e subsídios. Em matéria de investimentos dos 47,6 milhões de euros projetados em despesas de capital, apenas tinham sido executados 17,4 milhões (36,5%), o valor mais baixo dos últimos 5 anos;
- Perguntou qual o valor do orçamento que devia ser o instrumento de planeamento estratégico, quando as taxas de execução do mesmo, em rubricas tão fundamentais como o Planeamento, Reabilitação e Qualificação Urbana, ficavam globalmente pelos 43%. Como se podia entender que houvesse uma estratégia de Reabilitação Urbana coerente e eficaz, quando dos 6,1 milhões orçamentados apenas se tinha executado 1 milhão (18,7%). Onde estava uma política proactiva do Executivo no mercado de arrendamento, que deveria passar pela aquisição e reabilitação de imóveis degradados e/ou em abandono. Como se podia entender que numa cidade tão carenciada de intervenção estratégica na mobilidade urbana, apenas se tenham investido uns insignificantes 163 mil euros no Ordenamento de Tráfego e Circulação, quando estavam orçamentados 4,5 milhões de euros;
- Mais disse que no panorama das taxas de execução nas áreas da Educação, Desporto e Juventude não eram melhores e, no plano da descentralização de competências, o Executivo tinha conseguido cumprir os seus compromissos orçamentais, uma vez que a taxa de execução da descentralização e apoio às Uniões e Juntas de freguesia, tinha ficado pelos 50%;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou afirmando que em face da avaliação que tinham feito o voto do CpC só poderia ser de reprovação do documento de prestação de contas de gerência de 2018.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 03:33 a 08:58 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que o que trazia a ali, era o bom senso em relação à da apreciação do que era um Relatório de Gestão de Contas naquilo que era determinante da avaliação das políticas efetuadas e da capacidade de gestão e era co sabido, que a CDU não se revia no modelo de gestão de centralizar sem notificação, sem capacidade de um entendimento global do que eram os projectos e as propostas dos vários departamentos que se subdividiam no Executivo que não era diferente do mandato anterior, não do PS, era idênticos e refletiam opções e visões curtas daquilo, que deveria ser a governação do erário público e era obvio, que não fazia sentido fazer alarde de um saldo de gerência a transitar volumoso, porque não se estava a gerir uma entidade privada, mas sim uma entidade pública responsável pela boa aplicação dos dinheiros, que se cobravam e, se não se cobravam, demonstrava-se, no mínimo, uma falta de eficácia s resultante de uma má gestão;
- Terminou afirmando que não tinham encontrado deficiências no Relatório de Contas e por isso não poderiam votar contra, uma coisa que estava certa, podiam era, politicamente aferir, a qualidade do que tinha sido feito e a incapacidade de fazer aquilo que não tinha sido feito, sendo aquelas as razões para se absterem naquela votação.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 09:30 da 5ª gravação a 05:09 minutos 6ª gravação\)](#)

- Começou por dizer, que ia ser muito curta, a sua intervenção sobre o Relatório de Gestão e Documentos e actividades de 2018. Curta, porque tudo estava muito bem clarificado e demonstrado nos respectivos documentos disponibilizados a todos os deputados. Mas curta também, porque, repousavam, no relato e opinião da auditoria dos Revisores Oficiais de Contas no qual se podia ler. *“O relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais”*;
- Após aquela citação fez um desafio ao PSD e aos seus parceiros de coligação eleitoral e dos mandatos que antecederam os do Partido Socialista, à sua coerência política, começando por ler a intervenção ali proferida naquela Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2014, pelo seu líder, o Deputado Nuno Freitas da coligação PPD/PSD/PPM/MPT: *“Preferimos que haja resultados considerados positivos, de solvabilidade muito positivos, de autonomia financeira muito positiva, de solidez do Município, e se lhe permite hoje ter urna posição, por exemplo, no concerto dos municípios, por exemplo na empresa Aguas de Coimbra, que lhes dá urna posição negocial completamente diferente. Esta posição financeira é também relevante, é um Município forte, é um município estável, que tem meios financeiros para que agora o Partido Socialista com um novo programa, nova gestão possa expender de forma mais justa aquilo que nós não conseguimos fazer”*, e mais adiante: *“Ora, este é o desafio que deixamos para o próximo ano, é o desafio que deixamos para os próximos anos, mais justiça social, maior desenvolvimento da cidade mas ao mesmo tempo um município forte, economicamente forte, saudável, capaz de assumir os seus compromissos, capaz de pagar aos fornecedores porque isso também é justiça social, é conseguirmos pagar aos fornecedores num prazo abaixo dos 90 dias, como sabem, em termos de mercado há muito poucas empresas que o consigam. Não sei se o grupo Sonae tem esse pagamento a 90 dias, julgo mesmo que não. Mas nós estamos abaixo disso e, portanto, isso é um elemento que também faz justiça social no nosso concelho, no nosso país, e, portanto, há preocupações que nós queremos deixar aqui colocadas em relação ao futuro, porque ficamos mais preocupados até com a intervenção do próprio Partido Socialista, mas em relação ao passado estamos pacificados. Este relatório deixa-nos em paz, de consciência tranquila, de facto a gestão teve os seus deméritos, fomos penalizados eleitoralmente, teve méritos, eles estão aqui do ponto de vista de gestão. Talvez não tenhamos feito toda a justiça que poderíamos ter feito, e todo o desenvolvimento do concelho que deveríamos ter feito, mas pelo menos deixamos contas condignas, bem-apresentadas”*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Prosseguiu perguntando se de então para cá, o que era, que se tinha verificado até ao presente; Era então, o passivo de mais de 100 milhões de euros; eram então, os impostos e taxas de valores máximos; Era então a capacidade de endividamento do município, praticamente esgotada; era então o prazo médio de pagamento de cerca de 90 dias; era então, o valor das transferências para as freguesias de cerca de 4%; era então, o financiamento da despesa efetuada com recurso a empréstimos a médio/longo, prazo;
- Perguntou ainda, que situação encontravam presentemente, com a gestão do Partido Socialista, pois, o activo líquido tinha aumentado; o passivo financeiro, empréstimos bancários, tinha diminuído; As dívidas a curto, médio e longo prazo tinham diminuído; o prazo médio tinha diminuído para menos de 50 dias, portanto, o reforço das provisões para riscos e encargos tinha aumentado; os fundos próprios tinham aumentado; as transferências para as freguesias tinham atingido, mais de 6 milhões de euros; As taxas do IMI e demais impostos, tinham diminuído; as tarifas da água e electricidade tinham diminuído e nunca mais tinham aumentado e a par de tudo aquilo, muitos tinham sido os investimentos, em obras estruturais que se tinham concluído ou estavam em curso, que por serem conhecidas, seria fastidioso estar a enumerar;
- Informou que o presente Relatório e Contas lhes apresentava a continuação da: Diminuição das dívidas a fornecedores, a terceiros; Redução do passivo, menos cerca de 5 milhões; O aumento do nível da execução dos investimentos; o aumento da execução das despesas em funções sociais; não havia pagamentos em atraso, com prazo médio de 50 dias, em resumo, uma boa saúde financeira, só compreendida no âmbito de uma boa gestão, o que perspectivava, que se poderia olhar o futuro com confiança e, se o líder do PSD, como tinha referido no dia 29 de Abril de 2014, preferia: "*... que haja resultados considerados positivos, de solvibilidade muito positivos, de autonomia financeira muito positiva, de solidez do Município, desafios que o PSD deixou para os próximos anos*", então deviam, o seu líder e os seus deputados, estarem felicíssimos e afinal concluir, com toda a demonstrada e comprovada segurança, que afinal "*não está tudo por fazer*" e que, o seu slogan dos outdoors era uma "*falsa notícia*", um slogan mentiroso, impróprio da democracia e da Revolução de Abril;
- Terminou afirmando, que ao PSD, e à direita que o acompanhava, só ficava bem arrepiar caminho e pedir desculpa, aos munícipes, e aos Conimbricenses, pois o Partido Socialista, aplaudindo o desempenho da gestão camarária, votava a favor as contas e o seu relatório de 2018.

Intervenção do Presidente da Câmara

- Informou, que o Relatório de Gestão de 2018, tinha o rigor técnico e necessário, devidamente visado pelos Revisores Oficiais de Contas, registando, que tecnicamente, não tinha erros do qual se congratulava;
- Mais informou que a aplicação dos dinheiros dos impostos, taxas e tarifas dos cidadãos eram aplicados da seguinte forma: 47% da colecta da receita municipal, em funções sociais; 15%, em funções económicas; 24%, em funções gerais e outras, incluindo, o sector comercial de 14%; na cultura e no desporto 16%; no ambiente e no tratamento de resíduos sólidos, 11%; na indústria e energia, 6%; nos transportes rodoviários; 7%; nos mercados e feiras, 1%; no turismo, 2%; nas transferências para as administrações, incluindo as juntas de freguesias, 13%; nos serviços gerais de administração autárquica, 19%; na protecção civil e polícia municipal, 5%; na habitação, 3%; na educação e acção social, 10%, sendo sobre aqueles valores, que a Câmara Municipal estava a prestar contas com o sentido de responsabilidade, visando a sua aprovação pelo órgão que era a Assembleia Municipal;
- Disse saber que haviam contingências de resposta, mas era naquele sentido que tinha avançado com a proposta da reestruturação orgânica, mas mesmo assim, não estava contente, queria continuar aquele trabalho e queria levá-lo até ao fim, e não podiam esquecer que durante o período da Troika, a administração pública portuguesa em geral e a administração autárquica, em particular, tinha sofrido enormemente com as restrições que tinham sido criadas, as empresas escola que eram os municípios, tinha perdido uma geração que tinham grandes capacidades dando origem ao envelhecimento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

administração pública portuguesa em geral e a administração autárquica, em particular, trazendo prejuízos de longa duração que não eram reabilitáveis num curto prazo;

- Disse, que tinha investido mais pessoas na Câmara municipal, com mais formação, tinha aumentado a capacidade de resposta das juntas de freguesias, mas havia coisas que dado a sua tecnicidade, não podiam constatar formalmente dos contratos interadministrativos porque as juntas de freguesias, também tinham carências de recursos humanos, para além das especialidades que tinham que ser consideradas e para as quais as juntas de freguesias também não tinham meios e, muitas vezes, até a Câmara Municipal tinha, que recorrer a entidades externas;
- Terminou afirmando, que era daquilo que tratavam as contas relativas ao ano de 2018, informando, que expurgada a questão da REFER, a Câmara Municipal tinha aumentado a capacidade de pagamento atempado aos fornecedores, tinha aumentado a capacidade de pagamento dos salários aos trabalhadores, aquilo era a gestão que ali se apresentava, deixando à consideração da Assembleia Municipal como era de lei, a sua aprovação, sendo, que todos aqueles documentos, incluindo a reestruturação do Mapa de Pessoal, confluíam todos para o mesmo objectivo, que era o desenvolvimento de Coimbra e da sua região.

Deliberação n.º 24/2019

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 23 votos a favor, 20 contra e 6 abstenções, nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 18 de Abril:

- Aprovar o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas de 2018 relativos ao Município de Coimbra, elaborados nos termos definidos no POCAL, de acordo com a Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Instruções n.º 1/2001 do Tribunal de Contas com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de Novembro, Resolução n.º 3/2016 de 13 Dezembro e Resolução n.º 7/2018 e, no cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício, que se cifra em 2.863.955,49€ (dois milhões, oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos) da seguinte forma:
 - Transferência da conta 881 -"Resultado Líquido do Exercício" para a conta 571015 -"Reservas Legais/Ano 2018" o valor de 143.197,77€ (cento e quarenta e três mil, cento e noventa e sete euros e setenta e sete cêntimos);
 - Transferência da conta 881 -"Resultado Líquido do Exercício" para a conta 59017 -"Resultados Transitados/Resultado Líquido do Exercício 2018" o valor de 2.720.757,72€ (dois milhões, setecentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e sete euros e setenta e dois cêntimos).
- Aprovar o Inventário/Património Imóvel Municipal 2018.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 21:00 a 22:30 minutos – 6.ª gravação\)](#)

- Informou, que o PSD tinha votado contra o Relatório de Contas de 2018 no seguimento da Moção de Censura apresentada na Assembleia Municipal de 14 de Dezembro de 2018, porque entendiam, que a Câmara PS tinha muito para fazer e pediu ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal, que divulgasse amplamente aquele relatório através do site da câmara, através do envio directo às associações culturais, aos empresários, que existiam nos parques empresariais, às diversas entidades de Coimbra e se possível, às escolas e aos pais, aos educadores, aos cidadãos, pedindo ainda, que houvesse um esforço adicional de divulgação daquele relatório de contas de 2018 de modo a ser mais abrangente do que tinha sido até ali.

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 22:51 a 23:03 minutos – 6.ª gravação\)](#)

- Esclareceu, que aquela Assembleia Municipal não tinha aprovado qualquer Moção de Censura tinha sim, rejeitado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

3. 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº 8/2019), aprovação e votação nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Declaração de voto do deputado municipal Francisco Andrade (PSD): [\(áudio 24:28 a 25:26 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse se estivesse naquela Assembleia Municipal apenas e só, como eleito por um partido e não como presidente de uma junta de freguesia, não teria qualquer problema em votar contra a revisão orçamental, mas obrigando-o a responsabilidade de quem tinha de garantir quatro vencimentos mensais que em muito dependiam das verbas cedidas, a tempo e horas, pela Câmara Municipal através de protocolos assinados, afirmou, que parecendo um paradoxo ou uma incoerência, não deixaria de afirmar que as verbas, que a maior junta de freguesia do distrito e uma das maiores do país recebia, em nada estava condizentes com a sua grandeza, muito menos se fosse comparada com outras a nível do país.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 26:00 a 27:12 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Informou, que o SC votaria contra a proposta da revisão orçamental afirmando, que como mero exemplo, aquele, que deveria ser um grande projecto regional e nacional a Candidatura de “*Coimbra a Capital Europeia da Cultura*”, tinha apenas uma reserva de 500 mil euros para 2019, outro tanto para 2020 e ainda menos para 2021 o que era incompreensível uma vez que aquele projecto de candidatura seria vital para o futuro de Coimbra o que provava que a Câmara de Coimbra não estava comprometida nem empenhada no êxito daquela candidatura por falta de estratégia;
- Terminou dizendo que outra matéria igualmente relevante e significativa da falta de estratégia e planeamento com um saldo de gerência de 39 milhões, era a transferência de verbas para as freguesias.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(audição impercetível\)](#)

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 26:30 a 27:12 minutos – 7ª gravação\)](#)

- Informou que o CDS iria votar contra a proposta de revisão orçamental para 2019 por considerarem que a mesma espelhava uma vez mais a falta de estratégia que caracterizava a ação daquele Executivo camarário desde a sua primeira eleição;
- Disse estarem perante mais uma oportunidade perdida por aquele Executivo camarário para corrigir as falhas nos setores que consideravam estratégicos para o desenvolvimento territorial integrado de Coimbra que vinham a identificar naquela Assembleia Municipal e que gostariam de ver corrigidas de modo a colocar Coimbra no rumo certo do progresso e inverter a tendência regressiva instalada;
- Mais disse que aquela revisão seguia aos ziguezagues, reiterava o abandono das freguesias, reforçava um centralismo bacoco e servia-os uma ornamentada irrelevância que tinha feito de Coimbra o idiota útil nacional, pois o Relatório de Gestão de 2018 da Câmara Municipal de Coimbra configurava aquela que era a marca de água da gestão Socialista da cidade de Coimbra: matreira, porque obedecia apenas e só a um tacticismo partidário desavergonhado onde as freguesias que vestiam rosa iam vivendo, as freguesias da muleta comunista sobreviviam aos repelões e ao sabor das negociações que tão caras saem ao vereador pivot e as freguesias urbanas lideradas pela coligação que suportamos eram implacavelmente e ostensivamente abafadas de forma infame e impune, desajustada porque não serve a cidade, não serve os coimbricenses e inútil. Não tem missão estruturante, não tem visão de futuro e não lidera a região. Navega à vista, não aponta o caminho a 20 ou 30 anos, vai a reboque da situação, vai para onde a levam e inútil porque não nos posiciona de forma diferenciada, não permite que Coimbra seja indubitavelmente reconhecida. Dilui-nos a todos no caldo inosso da irrelevância;
- Terminou afirmando que aquilo que era visto como meritório pelo Executivo, o extraordinário saldo de gerência, era um fim em si mesmo e para a história ficaria como uma medalha de cortiça que obedecia ao ditado popular tão bem seguido por esta gestão socialista do “*quem não sabe, não mexe, porque senão estraga*”, mas Coimbra não precisava de quem fazia vida a passar entre os pingos da chuva!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(audição impercetível\)](#)

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(audição impercetível\)](#)

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 00:01 a 01:43 minutos – 7ª gravação\)](#)

- Disse que o PS entendia, que havia naquela revisão, uma boa gestão dos dinheiros, esclarecendo, que não era primeira vez que existia assim um saldo, porque era preciso cofinanciar as obras de investimento, as despesas com pessoal, as freguesias, os transportes, por isso PS entendia, que havia ali um justo equilíbrio, uma justa distribuição, no fundo uma boa gestão.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PS): [\(áudio 02:03 a 06:54 minutos – 7ª gravação\)](#)

- Disse que a bancada do PSD não dava nenhuma importância a propósito da Revisão Orçamental porque era um acto meramente administrativo e não estavam à espera que um Executivo responsável mudasse de estratégia, as prioridades estavam lá, tinham apresentado uma Moção de Censura. Tecnicamente o documento estava bem, com as opções do Partido Socialista;
- Dirigindo-se à CDU e aos restantes forças políticas informou, que relativamente as transferências para as freguesias era de 4,04%, propondo que houvesse nos acordos de execução um reforço para o ano de 2019 para as juntas de freguesias num total de 970 mil euros, porque era aquela a proposta do PSD entregue ao Presidente da Câmara, que iria permitir um certo desafogo às juntas de freguesias;
- Terminou afirmando que o PSD aprovava o documento pelas razões expostas.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 07:17 a 08:38 minutos – 7ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Pinto Ângelo informou-o, que tinha gostado das suas palavras, apesar de não saber de que propostas estava a falar e a quem tinha entregue para falar, afirmando que estavam ali naquele parlamento local para discutir, estava absolutamente disponível para as receber e para as discutir, e os reptos que tinha lançado ao Presidente da Câmara Municipal ao seu Executivo alargava-as também à Assembleia Municipal ficando à espera, porque entendia que era ali que deviam ser discutidas e que a dúvida do SC era sobre que 10% eram aqueles, se eram calculados sobre o orçamento ou sobre as despesas de capital e se incluía ou não o dinheiro transitado e não gasto, porque aquelas é que eram as operações de cosmética;
- Terminou dirigindo-se ao deputado municipal Ferreira da Silva informando-o, que tinham proposto 9 milhões de euros, com base no que tinha sido gasto em Guimarães, porque era importante planear, era importante a estratégia, era importante saber o que se cria, se se queria ser Capital Europeia da Cultura ou não e entendiam, que com 500 mil euros não iriam ser certamente.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 08:47 a 09:54 minutos – 7ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se à deputada municipal Filomena Girão informando-a, que teria todo o gosto de lhe mandar as propostas que tinham apresentado em sede de discussão do orçamento, mas poderia pedir aos vereadores do seu partido que também as tinham recebido;
- Terminou informando que relativamente às transferências para as freguesias o que constava nos documentos era 10%, era o que estava escrito.

Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD): [\(áudio 10:13 a 11:40 minutos – 7ª gravação\)](#)

- Disse que não tinha intenção de intervir, mas ao assistir a um gravidíssimo libelo acusatório contra à falta de democraticidade daquela Assembleia Municipal e até da Câmara Municipal, quando dois presidentes de junta diziam publicamente votar contra por receio de não terem dinheiro suficiente para pagar os seus vencimentos, votavam contrariados, o que era aquilo senão a falta de um 25 de Abril naqueles dois órgãos;
- Terminou informando, que com o respeito e estima que tinha pelo Presidente da Câmara Municipal, no seu lugar, deveria dizer, que não admitia chantagem nas votações, assim como, os elementos do Partido Socialista que integravam os vogais das Juntas de Freguesia de Santa Clara e de Santo António, não podiam de modo algum aproveitar-se do sentido de voto dos presidentes de junta e fazerem chantagem nas Assembleias de Freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Câmara

- Informou, que tal como tinha afirmado naquela sala no dia 25 Abril a *grande arma dos democráticos era a tolerância* e o esforço para compreender os que pensavam diferente, e, dirigindo-se ao deputado municipal Francisco Rodeiro atribuiu-lhe o mesmo respeito e estima que lhe tinha dirigido informando-o que havia verdades, que não valia pena afirmar;
- Destacou pela sua importância, que o documento sobre a 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra tinha sido por si, assinado e ninguém se deveria sentir cativo, nem ali, nem em lado nenhum, entendendo, que era uma obrigação que a Câmara Municipal tinha, mediante mecanismo de revisão de apresentar à Assembleia Municipal, a proposta da aplicação dos resultados, para o bem do superavit que se tinha conseguido alcançar;
- Mais disse que o superavit não era uma coisa de somenos, porque aquilo que tinham apresentado, tinha sido feito um esforço para um relatório actualizado, datado de 23 de Abril sobre o que se passava com os contratos interadministrativos e os acordos de execução e uma a uma das operações que tinham sido contratualizadas tinham sido relatadas e partilhadas o ponto de situação de cada uma deles, por isso iria continuar a impulsionar a capacidade de resposta dos serviços municipais para que aquele desígnio era muito importante;
- Mais disse, que haviam acções que decorriam das juntas de freguesias, solicitadas pelas juntas de freguesias mas pela sua tecnicidade não eram susceptíveis de serem colocadas nos contratos de delegações de competências, porque exigiam uma capacidade técnica de resposta, que não estavam ao seu alcance, nomeadamente: Ponte da Praia Fluvial dos Palheiros do Zorro; Requalificação do Largo do Chafariz e muitas outras que estavam a decorrer;
- Afirmou que a apresentação daquele documento, não era um mero expediente, estava acompanhado do relatório de execução, onde se propunha aplicar o dinheiro proveniente do superavit, alcançado nas contas de gerência;
- Informou ainda, que tinha recebido uma proposta do PSD, subscrita pelo seu Líder, tinha-a lido, mas o que era proposto não podia resolver nem iria implicar a devolução aos serviços, para de novo fazerem as contas e posteriormente ao Revisor Oficial de Contas portanto, as alterações de dotações não tinham condições técnicas o que seria muito mau porque iriam ficar com 35,7 milhões de euros parados e não se poderiam pagar os salários de junho, os financiamento de novos meios de transportes, rever ou voltar a trás da decisão tomada pela Câmara Municipal de reduzir os passes sociais;
- Terminou afirmando que era daquilo que se tratava aquela 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação nº 25/2019

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 23 votos a favor, 14 votos contra e 12 abstenções, nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 29 de Abril, *aprovar*, a **1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº 8/2019)**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 03:44 a 04:16 minutos – 8ª gravação\)](#) – *audição imperceptível*

- Disse que o critério não estava a ser igual a outras votações, pedindo permissão.....

Declaração de voto do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 04:24 a 05:30 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Disse que naturalmente teria de votar contra, pois tinha sido eleito pelo povo e para o povo afirmando que tinha pena de os colegas terem votado a favor, porque eram as juntas de freguesias que podiam ter força naquela votação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

4. Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2018, apreciação e votação nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 06:04 a 09:44 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Começou por afirmar, que o quadro operacional e de gestão financeira dos SMTUC continuava a suscitar-lhes as maiores apreensões, porque apesar de uma ligeira recuperação de passageiros em 2018, os SMTUC tinham perdido, na última década, mais metade dos passageiros com as consequentes perdas das respetivas receitas. O subsídio à exploração em 2018 tinha sido de 6,3 M€ e para 2019, estavam previstos, com a revisão orçamental, 10 M€, o que constituía um enorme esforço financeiro suportado por todos os municípios eurgia inverter aquela tendência de perda de passageiros e de acumulação de prejuízos sucessivos, porque e apesar do recente esforço de aquisição de novos autocarros, a idade média da frota era relativamente elevada, a eficiência energética era baixa e a taxa de imobilização global da frota tendia a aumentar devido a constantes avarias a que não era alheio o facto de haver um défice de operários de manutenção, registando no entanto como sinais positivos, o esforço de aquisição de novos autocarros, bem como a anunciada implementação do sistema tarifário integral e multimodal a nível concelhio, como forma de promover a utilização de transporte público;
- Informou que em Dezembro, um grupo de cidadãos tinha entregue ao Executivo um abaixo-assinado reclamando melhor serviço de transportes públicos para as populações das freguesias de Assafarge e Antanhol e na altura, o Presidente, em sessão pública da Câmara, tinha afirmado que estaria a ser estudado, em articulação com a Autoridade Municipal de Transportes e a Comunidade Intermunicipal o aumento/prolongamento de carreiras no concelho, nomeadamente algumas que vinham a ser asseguradas por operadores privados, tendo ficando a aguardar com expectativa os resultados concretos, na esperança de que se registassem mudanças significativas;
- Disse ainda não concordar com a fixação de 15 minutos para intervenção, num debate como aquele, pois não haveria tempo para explanar as opiniões de todos os grupos políticos;
- Terminou informando que o sentido do voto do CpC do Relatório de Gestão dos SMTUC seria no sentido da abstenção.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 10:08 a 12:46 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Informou, que o SC vinha a acompanhar atentamente os esforços aplicados na dinamização dos SMTUC. Em 2018 tinham sido transportados quase 13 milhões de passageiros, mais 250 mil que em 2017, que traduzia uma redução e aquele aumento vinha apenas recuperar a procura registada em 2016, pois se comparado com os indicadores de 2010, traduziam uma redução de mais de 11 milhões de passageiros, sendo, que aqueles dados evidenciavam a necessidade de alteração profunda do governo de gestão dos SMTUC, por forma a dinamizar, o sistema de transportes urbanos em Coimbra tornando-os atrativos e competitivos, havendo pequenos sinais que comprovavam, que o público reagia positivamente ao aumento dos serviços e aos pacotes da mobilidade, e pelo que percebiam, era aquele o caminho a seguir na aposta clara no sistema intermodal de transportes, mas lamentavelmente os SMTUC continuava a desperdiçar a oportunidade da entrada em vigor do novo regime jurídico do serviço público do transporte de passageiros;
- Mais disse, que a estratégia de defesa isolada dos SMTUC, voltada para si mesma, era por de mais evidente, o concurso aberto para a bilhética, pois não se verificava o aumento efectivo da rede ou da frota e outros sinais de preocupação era o aumento da sinistralidade, a redução generalizada da manutenção preventiva e a quebra das acções de formação;
- Terminou informando, que todos os municípios residentes na zona norte e a sul da cidade continuariam a ser duplamente prejudicados e aquela discriminação era injusta e discriminatória porque todos os municípios tinham os mesmos direitos e, pelo exposto votariam contra.

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 13:44 a 18:31 minutos – 8ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2018 apresentado, era detalhado, rigoroso, encontrava-se certificado, era o somativo de uma alteração do paradigma que se vinha a encontrar nos últimos anos e que não era alheio à política nacional que o governo do Partido Socialista levava pelo país, com o incentivo por transportes alternativos;
- Mais disse, que em 2018 se tinha verificado um crescimento nos SMTUC, os números tinham subido, facto assinalável, atendendo ao sector em questão. No mesmo ano, os SMTUC tinham transportado cerca de 13 milhões de passageiros, conseguindo-se, devido ao bom desempenho do Conselho de Administração e à sua política de desenvolvimento, bem como, à dedicação de todos os seus trabalhadores, invertendo a perda de passageiros na última década, com um acréscimo de quase de 2% de passageiros, permitindo o aumento de receita em cerca de 8,5%, com o aumento da aquisição de passes, de bilhetes, a renovação da frota, a aquisição 40 painéis electrónicos, a Coimbra Móvel, os aumentos dos Postos de Venda e o lançamento da Rede do Wi-fi de forma intensiva em todos os autocarros;
- Afirmou que os resultados apresentados não se deviam exclusivamente ao Conselho de Administração e à política prosseguida pela Câmara Municipal, mas sim, aos seus trabalhadores, porque no sector dos recursos humanos tinha havido um reforço de mais de 3 dezenas de funcionários de modo a dar resposta ao serviço de qualidade, que se pretendia continuar a reforçar cada vez mais;
- Terminou informando que o Conselho de Administração dos SMTUC tinha apostado na aquisição de mais de duas dezenas de autocarros eléctricos, muitos dos quais adquiridos através dos fundos comunitários, portanto, tudo aquilo era de realçar, pro isso a bancada do PS aprovava o Relatório de Gestão de 2018.

Intervenção do Presidente da Câmara

- Informou que da actividade desenvolvida em 2018 pelos SMTUC o Relatórios e Contas eram exaustivos e complexos, destacando, que os resultados alcançados se deviam ao trabalho feito nos serviços municipais e nos serviços municipalizados dos SMTUC, por serem um dos instrumentos de gestão de acção política na área social de Coimbra, sendo um dos cinco ou seis serviços municipalizados com aquelas características jurídicas no país;
- Mais informou, que a Câmara Municipal tinha desde sempre, que os SMTUC teriam de ser públicos, sobre gestão da alçada municipal, resistindo à iniciativa privada de modo a que os SMTUC pudessem transportar as pessoas, tendo daquela forma conseguido inverter, pela primeira vez, a queda de utilizadores dos SMTUC, tinha-se conseguido empolar o buraco orçamental crónico, que apareciam nas contas da Câmara Municipal e dos SMTUC, era o custo social de transportes, efectivamente apurado, que tinha sido transferido e a Câmara Municipal sabia, que ao ser aprovado aquele tarifário havia um custo social de transportes associado, que teria de ser pago pelos cofres municipais;
- Disse, que gostaria de trazer ali àquela Assembleia Municipal a boa nova de que já teria conseguido ter uma entidade do sector empresarial local, com auto suficiência de funcionamento, era possível, mas não era a mesma coisa, porque os cidadãos já pagavam, porque os cidadãos esperavam do Município a repartição dos recursos municipais para funções essenciais como era o caso dos Transportes Urbanos de Coimbra;
- Mais disse que a inovação e à instalação da rede de transportes de sistemas de comunicação atrativos, como era o caso do Wi-fi, eram importantíssimos para modernizar, para atrair mais jovens, a redução do número dos passes sociais de transportes, que ia ser melhorado com o sistema de integração da bilhética, que iria permitir uma gestão mais eficaz, mas também os resultados que tinham sido alcançados, com a participação de muitos profissionais daquele sector, por isso, transmitia publicamente perante Assembleia Municipal, o apreço e o orgulho em ser uma das cinco autarquias do país, que mantinha os serviços municipalizados de transportes, como braço armado das políticas sociais da Câmara Municipal de Coimbra municipais, com sentido de modernidade e de respeito para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

com a antiguidade, lamentando apenas, que as remunerações não fossem condignas, mas ainda não tinha sido alcançado;

- Terminou afirmando, que os SMTUC, eram uma empresa pioneira, com 111 anos, era inovadora e obviamente, que aquela empresa do sector industrial local, merecia todo o apoio protecção e financiamento.

Deliberação nº 26/2019

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 31 votos a favor, 4 contra e 14 abstenções, nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 18 de Abril:

→ *Aprovar* o **Relatório de Gestão** e os documentos de **Prestação de Contas de 2018** relativos aos **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - SMTUC**, elaborados nos termos definidos no POCAL, de acordo com a Resolução nº 4/2001 - 2ª Secção do Tribunal de Contas de 12/07/2001, publicada no Diário da República, II Série, nº 191, de 18 de Agosto de 2001, alterada pela Resolução nº 6/2013 - 2ª Secção do Tribunal de Contas, de 14 de novembro de 2013, publicada como Resolução nº 26/2013, no Diário da República, II Série nº 226, de 21 de Novembro de 2013; e ainda de acordo com o disposto na Resolução nº 7/2018, 2ª Secção do Tribunal de Contas, de 06 de Dezembro de 2018, publicada no Diário da República II Série, nº 6 de 9 de Janeiro de 2019, e atento o disposto na Resolução nº 2/09 - 2ª Secção do Tribunal de Contas de 3 de Dezembro de 2009, publicada como Resolução nº 27/2009 no Diário da República, II Série, nº 240, de 14 de Dezembro de 2009, sobre a prestação de contas por via eletrónica -Lei nº 75/2013;

→ *Aprovar* a proposta de que seja levado e mantido na **conta 59 — Resultados Transitados dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - SMTUC** o resultado líquido positivo **apurado no exercício de 2018** no montante de **231.311,34€**, considerando o disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014 de 25 de Agosto, e nº 69/2015, de 16 de Julho, que estabelece o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, designadamente o disposto no nº 2, do artigo 16º, que pretende garantir a intangibilidade dos Fundos Próprios dos Serviços Municipalizados quando estes apuram resultados negativos e transferir para os Municípios os respectivos excedentes quando são apurados lucros, e considerando que o Balanço dos SMTUC apresenta nos Fundos Próprios a conta de resultados transitados com um saldo negativo de valor muito elevado decorrente de não ter em sido cobertos pelo orçamento municipal os resultados negativos apurados em diversos exercícios anteriores.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra do exercício de 2018, apreciação e votação nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): ([áudio 26:56 a 28:18 minutos – 8ª gravação](#))

- Disse que ficava ali espelhada a forma tendenciosa com que o Executivo geria a Câmara Municipal, porque o que era um facto era que as crianças da sua freguesia tinham perdido a escola por falta de transportes.

Deliberação nº 27/2019

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *maioria*, com 29 votos a favor e 17 abstenções, nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 18 de Abril, *aprovar* a **Revisão ao Orçamento de 2019 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - SMTUC**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

6. Mapa de Pessoal de 2019 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – alteração, apreciação e votação nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 31:60 a 34:03 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Começou por manifestar a concordância do CpC com o alargamento do quadro de pessoal dos SMTUC, particularmente sentida a nível do pessoal operário, que se refletia de forma evidente nos próprios relatórios de Gestão dos SMTUC, no aumento das avarias dos autocarros e no aumento da taxa de imobilização, pelo que se justifica a abertura de concursos naquela área;
- Informou que não queria terminar a sua intervenção sem renovar ali uma palavra de apreço e de solidariedade para com a luta dos motoristas dos SMTUC, pela dignificação e valorização profissional e remuneratória da sua carreira, que passava pela alteração do seu estatuto profissional, de “*assistentes operacionais*”, para “*Agente Único de Transportes Coletivos*” quando na verdade desempenhavam funções que exigiam qualificação técnica e implicavam complexas responsabilidades, no mínimo compatíveis com o estatuto de “enquadrado pelo D-L n.º 102/2002, de 12 de abril;
- Terminou afirmando que a solução daquele problema que discriminava os motoristas dos SMTUC relativamente aos seus colegas da Carris e SMTCP traduzia-se numa gritante desigualdade salarial de base, na ordem dos 150 a 170 euros e só poderia ser resolvido com a alteração do seu estatuto legal, pelo que as forças políticas de Coimbra representadas no Parlamento, em coerência com as posições que tinham vindo a tomar, deveriam comprometer-se a desenvolver a devida ação legislativa, para resolver o problema.

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 34:26 a 35:43 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Disse que o aumento dos efectivos, o aumento das carreiras, a circulação dos autocarros, a aquisição de novas viaturas eléctricas inovadoras, a aposta em meios de sistemas digitais e de informação, vinham dando frutos e era possível sentir no primeiro trimestre aqueles efeitos, naquele sentido e com vista a dotar os SMTUC de quadros técnicos qualificados para a adaptação à realidade do crescente progresso e acompanhamento dos serviços prestados e dos passageiros transportados. O Partido Socialista entendia, que para um serviço de cada vez de melhor qualidade eram necessários mais e melhores recursos humanos e a aposta fundamental na formação. Naquele sentido, o Partido Socialista aprovaria a alteração apresentada, certo da justificação constante nos resultados verificados em 2018 e que se estendem para 2019, bem como, da vantagem da qualidade dos serviços prestados pelos SMTUC aos seus utilizadores e aos seus cidadãos.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 36:09 a 36:16 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Informou, que iriam votar contra porque tinham verificado, que aquele mapa de pessoal se destinava apenas a técnicos superiores e não para a classe trabalhadora.

Deliberação n.º 28/2019

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *maioria* com 32 votos a favor, 3 votos contra e 10 abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 18 de Abril último, *aprovar*, o **Mapa de Pessoal de 2019 – Primeira alteração**, dos **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – SMTUC**, aprovado pelas deliberações do Conselho de Administração de 17/10/2018, da Câmara Municipal de Coimbra de 30/10/2018 e da Assembleia Municipal de 14/12/2018, nos termos previstos no art.º 29º da LTFP, em articulação com a alínea a), do n.º 2, do art.º 36º, do Decreto - Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro e nos termos da alínea o), do n.º 1, do Art.º 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Comissão Municipal Proteção Civil – designação de representante das Juntas/Uniões de Freguesia, nos termos da Lei de Bases da Protecção Civil;

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que tinha dado entrada na Mesa uma proposta do Partido Socialista, aprovado por todas as forças políticas com representatividade naquela Assembleia Municipal, indicando o Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes, João Paulo Marques, como seu representante na Comissão Municipal de Protecção Civil, colocando de imediato à votação aquela proposta.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 38:37 a 39:11 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Informou que o SC iria votar a favor, esclarecendo, no entanto, que em sede da reunião do Executivo, os Vereadores do SC tinham proposto a inclusão de um representante do Instituto Politécnico de Coimbra, não só pela importância que tinha na dinâmica da cidade, essencialmente, porque, por via da sua Escola Agrária, tinha especialistas na área da protecção florestal e com estranheza tinha percebido que mesmo tendo sido aprovado na reunião do Executivo, não constava do documento, renovando aquela sugestão.

Deliberação nº 29/2019

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *unanimidade*, nos termos da Lei de Bases da Protecção Civil, *aprovar*, a designação de **João Paulo Marques**, Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes, como seu representante na **Comissão Municipal de Protecção Civil**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Adesão do Município de Coimbra à Europa Nostra e à Culture Action Europe no âmbito da Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027, apreciação e votação nos termos da alínea n), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS): [\(áudio 41:19 a 42:53 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Informou que a candidatura de Coimbra à “*Europa Nostra e à Culture Action Europe*” se tinha concretizado, era mais um passando muito importante, realçando a recente aprovação pelo Município de Coimbra àquela a adesão;
- Mais disse que a “*Europa Nostra e à Culture Action Europe*” era uma rede da Federação Pan-Europeia do Património Cultural, representando por organizações de cidadãos que trabalham na salvaguarda do património cultural e natural da Europa, era a voz daquele movimento para organismos internacionais relevantes, em particular a União Europeia, eram duas redes, o Conselho da Europa e a UNESCO e daí, ser aquela proposta era de saudar e também porque aquelas questões culturais se tornavam cada vez mais importantes, na medida em que se comemorava o “*Dia Mundial da Dança*”, no dia seguinte, seria um dos dias mais importantes para a Península Ibérica pois haveria eleições em Espanha, para lembrar as questões culturais concluindo, que a candidatura de Coimbra a “*Coimbra Capital Europeia da Cultura de 2027*” tinha sido reforçada por aquela adesão.

Intervenção da deputada Daniela Sequeira (SC): [\(áudio 43:12 a 44:6 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Informou que o movimento Somos Coimbra via com bons olhos a proposta que estavam a apreciar, mas temia, todavia, que a adesão seguisse o mesmo caminho da candidatura a “*Capital Europeia da Cultura*”, porque aquelas manifestações, candidaturas, adesões, protocolos, não se podiam resumir a momentos institucionais, com maior ou menor solenidade, aquela adesão deveria, pois, ser de todos: de Coimbra, dos conimbricenses;
- Mais informou que aquela candidatura só fazia sentido e, só se tornaria sólida, se partir de uma “*cola*” se unisse a margem esquerda à margem direita, as freguesias do Norte e Sul, de este e oeste, a Académica, a Universidade e o Politécnico, os Hospitais, as empresas, as escolas e sobretudo, as pessoas, porque Coimbra tinha de querer ser “*Capital Europeia da Cultura*” e, para isso, tinha de tornar aqueles momentos, verdadeiras oportunidades para a cultura da cidade e do concelho;
- Terminou afirmando que os conimbricenses tinham de querer ser “*Capital Europeia da Cultura*” e tinham de acreditar que a Câmara Municipal os guiaria naquele caminho, e, aí sim residia o importante papel da Câmara Municipal, o de desinquietar as pessoas, criar nelas o desejo e o fervor pela cultura,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

pela candidatura e, principalmente, pela cidade, de outra forma estar-se-ia perante a antítese da cultura e Coimbra, merecia isso.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 44:48 a 47:40 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Disse, que não podia deixar de usar da palavra naquela matéria, apesar de não estar presente o deputado municipal Manuel Rocha, que integrava o grupo de Trabalho, que apoiava o Município para a candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura*” informando, que aquela matéria tinha sido proposta por ele ao grupo de trabalho, tinha sido bem acolhida por todos, porque a “*Europa Nostra*” era uma das organizações mais relevantes do ponto de vista europeu na defesa do património cultural, apelando à Câmara Municipal, que subscrevesse a declaração de Berlim, que salvaguardava e projectava o futuro da defesa do património cultural para que viesse a ser assumida pela Câmara de Coimbra;
- Terminou informando, que já existiam vários municípios, que integravam a “*Europa Nostra*” em Portugal e era muito importante, que Coimbra estivesse presente. Quanto à “*Culture Action Europe*” disse que era uma ONG, mas uma ONG muito importante na definição das políticas culturais europeias e por isso entendia que valia a pena, que Coimbra participasse mais intensamente porque havia um défice de participação das instituições culturais em programas e candidaturas europeias, concludo que não poderia de deixar de se associar àquela adesão, assim como, a sua bancada.

Deliberação nº 30/2019

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *unanimidade*, nos termos da alínea n), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 18 de Abril, *aprovar* a **Adesão do Município de Coimbra à “Europa Nostra” e à “Culture Action Europe”** no âmbito da “**Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027**” .

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Estrutura Nuclear da Orgânica dos Serviços Municipais, apreciação e votação nos termos da alínea m), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal José Albino (SC): [\(áudio 49:40 a 55:31 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Começou por informar, que depois de duas reuniões naquela Assembleia Municipal, onde tinham reiterado aquela que tinha sido a da argumentação do SC e a sua rejeição da entrada imediata em vigor da descentralização, eram agora solicitados a pronunciarem-se, sobre uma proposta concreta que vinha no sentido daquela argumentação, ou seja, de facto a Câmara Municipal precisavam de ser adequada para acolher as competências previstas nos diplomas da descentralização e por isso, talvez pudessem afirmar, tardiamente, que não deixaria de ser um reconhecimento da razão que a oposição tinha tido de quase por unanimidade, tinham rejeitado a imediata entrada em vigor daqueles diplomas e ao fazê-lo, tinham querido criar uma almofada temporal, que permitisse a realização de trabalhos preparatórios, que os levava a não deixar de considerar um facto politicamente significativo;
- Mais disse, que aquela proposta trazia algumas boas novidades, que reconheciam, como era o caso da valorização da saúde, a criação de um departamento relativo aos espaços públicos, mobilidade e trânsito, todavia, aquela solicitação, remetia-os para uma análise mais profunda, mais detalhada, levando-os à questão de querer saber até que ponto aquela proposta contribuía ou não para adoção de uma orgânica capaz de responder para uma política de desenvolvimento estratégico para o Município e ao mesmo tempo, capaz de atender às necessidades actuais e às necessidades emergentes, assim como, permitisse aferir se as estruturas nucleares, eram ou não eram adequadas, em termos de número e em termos de natureza, e no número de unidades flexíveis e equipas de projectos surgia-lhes as mesmas questões, se aquele modelo, que lhes estava a ser proposto ia ou não ao encontro das necessidades, que decorriam das competências que iam ser objecto de descentralização;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou afirmando, que ao fazerem uma análise global àquela proposta se depravam com repetições e com redundâncias, que só confundiam e por aquele facto e, na ausência de uma boa clarificação, o SC iria votar contra.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 55:52 a 57:12 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Informou que os modelos de gestão organizacional tinham tendência para enquistar, por isso, Coimbra, outras cidades e outras estruturas, deveriam adaptar-se aos tempos modernos no sentido de numa fase de crescimento organizacional, tratar de adequar, quer aquele modelo de gestão quer os seus recursos humanos;
- Terminou afirmando, que a aquela estrutura nuclear da orgânica dos serviços municipais, era oportuna por si só em função daqueles critérios e pelo facto de haver a transferência de competências para a administração autárquica daquilo que exigia bastante tempo para ser preparado e, naquele sentido, era necessário tempo e aprovar aquela Estrutura Nuclear da Orgânica dos Serviços Municipais.

Deliberação nº 31/2019

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *maioria*, com 33 votos a favor, 13 votos contra e 3 abstenções, nos termos da alínea m), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 18 de Abril, *aprovar, a Estrutura Nuclear da Orgânica dos Serviços Municipais.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Actas: nº 1/2018 de 01/03/2018, nº 2 de 24/04/2018, nº 1 de 31/07/2018 (extraordinária), nº 3 de 29/06/2018 e acta nº 4 de 10/10/2018.

Intervenção da deputada Graça Simões (CpC): [\(áudio 59:27 a 59:45 minutos – 8ª gravação\)](#)

- Pediu, que o procedimento das actas, fossem apresentadas de reunião a reunião, para que antecipadamente fossem aprovadas, porque ajudava a seguir os trabalhos e evitava erros.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- Informou que, os meios técnicos não eram os melhores, pedindo a todos os deputados municipais, se com uma leitura mais aprofundada encontrassem qualquer coisa menos correcta, que fosse necessário corrigir, que as fizessem chegar, por escrito, e assim se procederia a devida correção e se comunicaria a alteração da acta corrigida.

Aprovadas por unanimidade.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.

Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2019

ANEXO

“Mais Árvores para Coimbra”

Proposta

A plantação de milhares de novas árvores em Coimbra é necessária e é uma bela oportunidade de entusiasmo e de participação, pela Cidade e pelo Ambiente.

O património arbóreo e arbustivo de Coimbra precisa de crescer e ser bem mantido, com vantagens demonstradas para a qualificação dos espaços urbanos e da vida das pessoas, nomeadamente para a melhoria da qualidade do ar, a prevenção das cheias, a saúde e o bem-estar, a atratividade da cidade e de cada local.

Uma gestão sensível e inteligente da Cidade pode apoiar-se nesta consciência generalizada e no impulso que daí advém, mobilizando vontades e meios e apoiando-se na iniciativa dos cidadãos para plantar novas árvores e ajudar a manter as que existem, bem como nas empresas e entidades que podem apoiar tal esforço.

Por outro lado, a população exige informação e medidas para defender os recursos naturais e ambiente e adaptação às alterações climáticas, com os olhos postos nos poderes públicos e nas políticas concretas. A recente manifestação de estudantes à porta da Câmara Municipal de Coimbra, pelo país, e no mundo, é um exemplo que nos estimula a agir em conjunto.

A plantação de árvores nos espaços urbanos do território concelhio, repondo e expandindo o património arbóreo da Cidade, é uma das políticas públicas que melhor pode contribuir para reverter o declínio e a deterioração ambiental

O caderno-preâmbulo elaborado pelo Grupo de trabalho de Recursos Naturais, Ambiente e Energia do movimento Cidadãos por Coimbra "10 motivos para plantar e manter árvores nas cidades" - constitui uma boa base de conhecimento para uma viagem nesse sentido, indo ao encontro da expectativa das pessoas

A Assembleia Municipal de Coimbra recomenda à Câmara Municipal que:

- 1) **Mantenha como prioridade** (alteração proposta pelo PS) a elaboração de um Plano de Arborização Urbana, **da sua responsabilidade**, (alteração proposta pelo PS) para execução no final do ano civil 2019 e no início de 2020 de uma campanha de plantação de árvores nos territórios do Município, reunindo para tanto os meios logísticos e humanos necessários e envolvendo sempre que possível os cidadãos e cidadãs residentes em cada local, as escolas, as coletividades e outras forças associativas da Cidade.*
- 2) **Continue a apoiar** (alteração proposta pelo PS), as iniciativas convergentes com este objectivo que venham de Juntas de Freguesia, **grupos de informais**, (alteração proposta pelo PS) movimentos, associações, escolas, articulando os meios necessários e as formas mais adequadas de intervir, **com supervisão dos serviços municipais especializados** (alteração proposta pelo PS).*
- 3) Envie à Mesa da Assembleia Municipal o referido Plano e informação atempada das várias fases de preparação da campanha, para que todos os deputados municipais possam ser participantes, divulgadores e promotores da plantação de árvores nos seus territórios;*
- 4) Sejam cumpridos os requisitos legais (incluindo fitossanitários) atribuíveis aos órgão executivo Câmara Municipal de Coimbra, já expressos regulamentarmente, com preservação, incremento de utilização e segurança do espaço público.*

